

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.325.097 - RJ
(2018/0171910-6)**

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
AGRAVANTE : ENEIDA MARIA DE OLIVEIRA COUTO
ADVOGADOS : LEONARDO DE CARVALHO BARBOZA - RJ116636
THIAGO COSTA SERRA NUNES E OUTRO(S) - RJ198650
AGRAVADO : FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E
ESTATÍSTICA - IBGE
AGRAVADO : FUNDAÇÃO CESGRANRIO
ADVOGADOS : ROBERTO HUGO DA COSTA LINS FILHO - RJ097822
AMANDA CÂNDIDO FERREIRA - RJ186395
JÉSSICA PARANHOS NICOLICH E OUTRO(S) - RJ189539

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO AGRAVADA QUE SE SUSTENTA EM MÚLTIPLOS FUNDAMENTOS. DEFICIÊNCIA ABSOLUTA DE FUNDAMENTAÇÃO QUANTO A DIVERSOS FUNDAMENTOS PERTINENTES. SÚMULA 182 DO STJ. APLICABILIDADE. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.

1. No caso em tela, o Tribunal *a quo* consignou múltiplos fundamentos suficientes e autônomos para obstar o seguimento do recurso especial: Súmulas 7 do STJ e 284 do STF.
2. No agravo em recurso especial, a parte negligenciou a impugnação de ambos os argumentos utilizados para obstaculizar o recurso especial, logo, os fundamentos consignados no decisório recorrido não foram impugnados de forma específica.
3. A recorrente, em agravo interno, não impugnou o fundamento da decisão monocrática da Presidência desta Corte Superior. Dessa forma, não se desincumbiu do ônus da dialeticidade recursal, pois não demonstrou a impugnação específica dos óbices das Súmulas 7 do STJ e 284 do STF.
4. É inviável agravo interno que deixa de impugnar fundamento da decisão recorrida, por si só, suficiente para mantê-la. Incidência da Súmula 182 do STJ.
5. Agravo interno não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Francisco Falcão (Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes
Relator

